



MINISTÉRIO
PÚBLICO
MOÇAMBIQUE

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA • ANO VII

**BOLETIM
INFORMATIVO**

PGR LEGAL

Trimestral • Edição n° 20 • Dezembro 2018



PGR-SERNIC

**APRIMORAM O COMBATE
AO CRIME ORGANIZADO**



SUMÁRIO

- 3 GCCC REALIZA VI REUNIÃO NACIONAL
- 6 PGR E TS PROCEDEM À INAGURAÇÃO DO CENTRO DE DADOS
- 8 II FASE DA ACÇÃO DE CAPACITAÇÃO EM MATÉRIA DE INVESTIGAÇÃO DE CRIMES CONTRA FAUNA BRAVIA
- 10 COM VISTA À UNIFORMIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS REALIZA-SE IV REUNIÃO NACIONAL PGR E SERNIC
- 14 III E ÚLTIMA FASE DE FORMAÇÃO DE MAGISTRADOS EM MATÉRIA DE INVESTIGAÇÃO DE CRIMES CONTRA FAUNA BRAVIA
- 17 WORKSHOP SOBRE GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS FLORESTAIS
- 19 PGR CAPACITA JORNALISTAS EM MATÉRIA DE PUBLICAÇÃO DE NOTÍCIAS SOBRE TRÁFICO DE PESSOAS
- 22 09 DE DEZEMBRO DIA INTERNACIONAL DE LUTA CONTRA A CORRUPÇÃO

Caro Leitor

com grande prazer que lhe apresentamos o número 20 do nosso Boletim Informativo – LEGAL.

O número 20 reveste-se de especial simbolismo, pois representa o crescimento e continuidade do esforço por manter vivo este veículo e levar a comunicação das nossas acções um pouco por todo o País.

Vai, por isso, o nosso muito obrigado por ser um dos nossos leitores e parceiros, inspirando-nos a trabalhar cada vez mais.

Ao lançarmos este número, fazemo-lo numa época também especial para as famílias moçambicanas: a celebração do Dia da Família e do Natal. Vão, por isso, os nossos votos de Boas Festas na esperança de que haja muita Harmonia nos lares. Aliás, a tranquilidade e bem-estar propiciam a prevalência de justiça. E, uma família regida por justiça, constitui um pilar firme para a edificação e manutenção de uma sociedade robusta e sã.

Sem mais nos alongarmos, apresentamos o resumo do conteúdo desta edição, que respeita os meses de Outubro a Dezembro de 2018.

No período, a PGR realizou em parceria com a União Europeia e a Embaixada da Suíça, um seminário sob o lema “Fortalecimento do Ministério Público na Defesa dos Interesses Colectivos e Difusos” para reflectir sobre a sua intervenção na defesa de direitos e interesses colectivos e difusos; identificar e discutir desafios e partilhar experiências de Ministérios Públicos de outros Países, entre outros assuntos relacionados com a protecção de espécies, exploração e exportação de recursos florestais e de fauna bravia.

Destaque vai também para a formação de Magistrados em matéria de Investigação de Crimes Contra a Fauna Bravia e a realização de workshop sobre Gestão Sustentável dos Recursos Florestais.

Jornalistas dos órgãos de informação moçambicanos beneficiaram de formação em matéria de publicação de notícias sobre o tráfico de pessoas.

Na celebração do Dia Internacional de Luta Contra a Corrupção, Nampula foi o epicentro, onde as cerimónias tiveram como lema “Unidos Contra a Corrupção, para o Desenvolvimento, Paz e Segurança”.

No âmbito da cooperação, a PGR e o Tribunal Supremo procederam ao lançamento do Centro de Dados Conjunto, constituído por uma sala de servidores e equipamentos de processamento e armazenamento de dados e uma sala de monitoria.

Ainda neste capítulo, a PGR e a SERNIC realizam uma reunião para a uniformização de procedimentos em vista à melhoria da articulação no domínio da investigação e instrução preparatória de processos-crime.

São temas como estes que nos propomos partilhar consigo, numa leitura que esperamos seja tão especial quanto didáctica.

Propriedade: Procuradoria-Geral da República

Conselho Editorial

Direcção: Procuradora-Geral da República

Director: Januário dos Santos Necas

Editora: Georgina Zandamela

Redacção: Hermenegildo Timana, Emmanuel Zaquue Temla Ussore

Grafismo: João Manassés, Daniel Chicico Nelsa Nhantumbo

Cartoom: Sérgio Zimba

Impressão: Tshuvuka Digital Serviços, Lda

Tiragem: 500 Exemplares

DISP.REG/GABINFO – DEC 2009
MOÇAMBIQUE



GCCC REALIZA VI REUNIÃO NACIONAL

O Gabinete Central de Corrupção de Combate à Corrupção (GCCC) realizou, nos dias 17 e 18 de Outubro de 2018, na Cidade de Maputo, a sua VI Reunião Nacional, sob o lema *"Ministério Público actuante no combate aos crimes económico-financeiros, corrupção e ambientais"*.

No evento participaram a Digníssima Procuradora-Geral da República, que o orientou, Directora do GCCC, Coordenador do Departamento Especializado para a Área Criminal, Coordenador do Departamento Especializado para a Área Administrativa, Inspector-Chefe do Ministério Público, Directores dos Gabinetes Provinciais de Combate à Corrupção, Dignos Procuradores Provinciais da República-Chefe, Directores Gerais do IPAJ e SERNAP, Directores a nível da PGR, Magistrados do GCCC, pontos focais das Procuradorias Provinciais para os Assuntos

de Prevenção e Combate à Corrupção, Magistrados do Ministério Público afectos à Jurisdição Criminal da Cidade e Província de Maputo, entre outros convidados.

A Reunião Nacional tinha como objectivos gerais a avaliação das actividades desenvolvidas pela instituição no primeiro semestre do presente ano; definição de acções prioritárias a nível institucional e perspectivar o plano de actividades para o ano 2019.

Especificamente, a actividade tinha como finalidade reflectir sobre os mecanismos para a prevenção e combate à corrupção, peculato e concussão; reflectir sobre os mecanismos de recuperação de activos; identificar

os constrangimentos e soluções, no contexto da cooperação internacional e recuperação de activos; discutir aspectos sobre a celeridade processual; harmonizar os procedimentos de actuação dos magistrados, investigadores dos Gabinetes Central e Provinciais de Combate à Corrupção, bem assim das Procuradorias Provinciais; e reflectir sobre as estratégias para impulsionar a participação dos vários sectores da sociedade na prevenção e combate à corrupção.

Nas sessões de trabalho, foram tratados, entre outros, aspectos relacionados com o desempenho do GCCC ao longo do primeiro semestre do ano de 2018, mormente os da organização





e composição interna do GCCC e dos GPCC, face ao novo Regulamento Interno aprovado no Conselho Coordenador da PGR; desafios das relações interinstitucionais e exteriores no âmbito da actuação do GCCC; actividades preventiva e processual; e estatística processual do GCCC, dos GPCC e Procuradorias, no que diz respeito aos processos entrados, processos findos na investigação e processos instaurados.

No seguimento dos trabalhos foram abordados temas de reflexão sobre a actuação do Ministério Público no combate ao crime, desde o O Crime de enriquecimento ilícito e a Recuperação de Activos, Cumprimento do Dever de Comunicações suspeitas por parte dos bancos e Informatização dos registos como contributo para a recuperação de activos.

Assim, como desafios os participantes concluíram haver necessidade de adoptar estratégias para a redução

da pendência processual nos Gabinetes de Combate à Corrupção e Procuradorias Provinciais, nomeadamente:

- Maior alocação de meios financeiros e humanos nos Gabinetes, o que irá contribuir uma melhor capacidade de resposta processual, com destaque para a colocação de mais investigadores nos Gabinetes e Procuradorias que se ocupem da investigação de crimes de corrupção;
- Melhor articulação entre as Procuradorias e os Gabinetes Provinciais de Combate à Corrupção; Promoção da celeridade na obtenção de reacções aos pedidos do Ministério Público às entidades públicas e privadas;
- Promoção de todas as solicitações às instituições financeiras e de telefonia móvel ao Juiz de Instrução Criminal;
- Imprimir celeridade na tramitação de Cartas Precatórias;
- Melhor articulação com o cidadão na informação sobre denúncias recebidas;
- Afectação de auditores na instrução de processos de corrupção nos Gabinetes de Combate à Corrupção e Procuradorias;
- Alocação de orçamento específico para a área de instrução processual;
- Indicação de sectores que se dediquem a prevenção da corrupção na Procuradoria-Geral da República e nas Procuradorias Provinciais;
- Uso dos mecanismos legais visando assegurar o julgamento de processo de Corrupção pelos Tribunais;
- Mobilização de fundos para investigação e auditorias; e
- Necessidade de aplicação da lei nas situações de não cumprimento de prazos e morosidade das respostas, nas solicitações de informação. ■







PGR E TS PROCEDERAM A INAUGURAÇÃO DO CENTRO DE DADOS

A Procuradoria-Geral da República (PGR) e o Tribunal Supremo (TS) contam desde o dia 18 de Outubro de 2018 com um Centro de Dados Conjunto.

Trata-se de uma sala equipada de servidores, isto é, equipamentos de processamento e armazenamento de dados, sistemas de activos de rede, com switches, roteadores, e outros e ainda uma sala de Monitoria.

A cerimónia de inauguração da re-

ferida infra-estrutura foi dirigida pelos Secretários-Gerais da PGR, Agostinho Serôdio Rututo e do Tribunal Supremo, Jeremias Alfredo Manjate, e contou com a participação de consultores da União Europeia, representantes do Instituto Nacional do Governo Electónico (INAGE), a equipa técnica da PGR, do TS e ainda, os representantes das empresas que efectuaram a instalação do Centro de Dados e demais convidados.

O Centro de Dados, ora inaugurado, terá a capacidade de alojar os novos sistemas de gestão de informação

de apoio à flexibilização e celeridade das diversas actividades da PGR, do TS, e dos seus respectivos órgãos subordinados.

Esta iniciativa, contou com o financiamento da União Europeia, no âmbito do Programa: "Apoio ao Estado de Direito e a Responsabilização dos Poderes Públicos em Moçambique" e com a mesma pretende-se promover um sistema de governação mais equilibrado, através do reforço dos mecanismos de controlo e de equilíbrio entre aquelas duas instituições do Estado. ■



Sala Noc



Sala dos Servidores



II FASE DA ACÇÃO DE CAPACITAÇÃO EM MATÉRIA DE INVESTIGAÇÃO DE CRIMES CONTRA FAUNA-BRAVIA



Teve lugar de 22 a 26 de Outubro, em Lichinga, Província de Niassa, a Segunda Fase da acção de formação dos magistrados do Ministério Público, agentes do Serviço de Investigação Criminal (SERNIC) e fiscais da Administração Nacional de Conservação (ANAC), provenientes da zona Norte (Cabo Delgado, Nampula e Niassa), em matéria de investigação de Crimes Contra a Fauna Bravia.

A formação foi ministrada por consultores especialistas em investigação criminal envolvendo produtos faunísticos e, a mesma tinha por objectivo dotar os formandos de técnicas para exercer a instrução de processos-crime contra fauna bravia, com rigor, com o apoio do Manual de Investigação e Procedimento Penal de Crimes contra a Fauna Bravia, ora lançado na Cidade de Maputo, no Seminário sobre a Defesa dos Interesses Colectivos e Difusos, organizado pela

PGR.

Durante o acto de abertura da capacitação a Procuradora Geral Adjunta, Amabélia Chuquela, enfatizou o reforço que as formações trazem na actuação do Ministério Público na prossecução de casos de tráfico de animais selvagens, ao abrigo da nova Lei da Conservação da Biodiversidade: “Espero que esta formação melhore significativamente a actuação dos magistrados do Ministério Público, dos inspectores do Serviço de Inves-



tigação Criminal e dos fiscais da Administração Nacional de Conservação para responder com eficácia a casos de crimes contra a fauna bravia que cada vez mais tem crescido no nosso país.", concluiu Chuquela.

Por seu turno, Marcelino Foloma em representação do Fundo Mundial para Natureza (WWF), realçou os objectivos do programa: (i) formação de

pelos menos 50 procuradores no Parque Nacional da Gorongosa e Lichinga, na província do Niassa; e (ii) facilitar a cooperação transfronteiriça entre Moçambique e o Zimbabué através de um programa de intercâmbio para procuradores do Zimbabué".

O representante da USAID, Artur Chirindza, na sua intervenção, acrescentou que :

"Gostaríamos que este evento servisse para estreitar os laços entre os intervenientes deste processo, nomeadamente os procuradores, os investigadores da SERNIC e os fiscais das áreas de conservação, bem como as instituições que representam Procuradoria-Geral, SERNIC e ANAC para uma melhor instrução processual no exercício das suas actividades.

Segundo o plano da formação, foram realizadas actividades práticas e teóricas no intuito daqueles perceberem o Manual e ainda, poderem melhor interpretar e instruir os processos-crime relativos a exploração e exportação dos recursos de fauna e flora..

Importa referir ainda que, esta é a segunda fase deste programa de formação que está sendo organizado pela Procuradoria-Geral da república, em parceria com a USAID, WWF, WCS e a Alemanha-GIZ, em resposta aos planos e acordos assinados, com vista melhorar a eficiência do Sistema de Administração da Justiça (SAJ) na aplicação da nova Lei de Conservação da Biodiversidade(Lei 5/2017 de 11 de Maio-Lei de Conservação e Protecção e Usos Sustentável da diversidade Biológica) e na tramitação processual de casos de crimes contra a fauna bravia. A primeira fase decorreu de 17 a 22 de Setembro no Parque Nacional de Gorongosa, em Sofala e foi direccionada aos agentes da zona centro (Tete, Sofala, Manica e Zambézia). ■





COM VISTA À UNIFORMIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS **REALIZA-SE IV REUNIÃO NACIONAL PGR E SERNIC**





Realizou-se em Novembro último, na Cidade de Maputo, a IV Reunião Nacional da PGR e SERNIC, subordinada ao lema “Ministério Público e SERNIC no Fortalecimento do Sistema de Justiça Criminal”.

evento tinha por objectivo a materialização de acções com vista a melhoria da articulação entre os dois órgãos, em especial no domínio da investigação e instrução preparatória de processos-crime.

Pretendia-se, igualmente, com esta acção uniformizar a actuação dos magistrados do Ministério Público e dos investigadores criminais, partilhar experiências, discutir e reflectir diversas matérias que constituem campo de intervenção do SERNIC e do Ministério Público.



O evento contou com a participação de magistrados do Ministério Público e quadros do Ministério do Interior, dentre eles, do Comando-Geral da PRM e do SERNIC.

Falando no seu discurso de abertura, a Procuradora-Geral da República, Beatriz Buchili referiu que o evento representava uma profícua colaboração entre o Ministério Público e o SERNIC, desde a notícia do cometimento de um crime até o encerramento da instrução preparatória, constitui um elemento fundamental para o sucesso das investigações e uma garantia da responsabilização efectiva dos agentes do crime.

De acordo com a PGR, esta colaboração, inter-institucional e interpessoal, é ainda, mais exigível no âmbito da prevenção e combate à criminalidade organizada, que é um dos principais desafios do sistema de administração da justiça e do nosso Estado.

No entanto, "as nossas instituições devem estar tecnicamente preparadas

no âmbito das suas funções para lidar com as matérias de cooperação jurídica e judiciária, não só para os casos por nós expedidos mas, no cumprimento das solicitações dos outros países, usando sobretudo as nossas qualidades de Autoridade Central de órgão de ligação com a Interpol. Devemos garantir que o Serviço Nacional de Investigação Criminal tenha capacidade de investigar com eficácia e eficiência, não só os crimes ou factos que ocorrem nas cidades, como também os que ocorrem em locais mais remotos deste país. E, é por isso, que pretendemos uniformizar os procedimentos de actuação, sempre na perspectiva de se alcançar uma melhor contribuição das nossas instituições para a realização da verdadeira justiça no nosso país, e criar sinergias com os Governos Provinciais, Distritais e com as autarquias locais, de modo a mobilizar a capacidade necessária para o correcto funcionamento dos órgãos do judiciários e prestação de serviços de justiça, de

qualidade para o cidadão." Disse Beatriz Buchili

A Procuradora-Geral da República reiterou, ainda, ao SERNIC a necessidade de adopção de um Plano Estratégico, que retrate as suas grandes prioridades, bem como a reflexão sobre o estabelecimento de uma Política de Investigação Criminal.

Por sua vez, a Vice-Ministra do Interior, Helena Kida, em representação do Ministro do Interior, disse que o SERNIC e a PGR, constituem as portas privilegiadas de entrada ao sistema de justiça formal.

Com efeito, os órgãos da administração da justiça tem o dever de trabalhar em coordenação para garantir que os cidadãos gozem dos direitos, liberdade e garantias, de tal forma que em nenhum momento os mesmos sejam limitados por constrangimentos de qualquer natureza no processo de investigação criminal, de maneiras que o SERNIC tem o dever legal de coadjuvar a PGR na defesa dos interesses dos



cidadãos, por ser a patrona da acção Penal, facto que pretendemos ver fortalecido continuamente.

O Director geral do SERNIC, Ilídio Miguel, enalteceu a PGR e ao Ministério do Interior, seu órgão de tutela, por estarem a contribuir para a concretização da estruturação do SERNIC por forma que ela corresponda a actual dimensão da criminalidade organizada e transnacional, cada vez mais complexa e sofisticada, e que tem exigido de nos uma atitude mais proactiva, pois a criminalidade que hoje se enfrenta exige da PGR e do SERNIC que façam sempre o aprimoramento das suas

formas de actuação harmonizando os procedimentos.

Durante as sessões, foram abordados os seguintes temas: (i) análise e verificação do grau de cumprimento das recomendações da IIIª Reunião; (ii) A cooperação internacional na investigação dos crimes transnacionais; (iii) Investigação criminal face aos crimes económicos e financeiros, combate à fraude e evasão fiscal ; (iv) Recuperação de bens no estrangeiro; e (v) Implementação dos exames periciais de (ADN) e imagens CCTV como meio legal de obtenção de prova no sistema processual penal.

Dos pontos apresentados, constatou-se que perante o grau do cumprimento das recomendações da III Reunião, o balanço efectuado foi positivo, tendo se verificado um cumprimento das recomendações em 80,9%.

Por fim, foram emanadas recomendações aos presentes, as quais deverão disseminar, bem assim, garantir o cumprimento das acções abaixo mencionadas:

- O reforço da capacidade de intervenção dos magistrados e dos investigadores através da capacitação em matéria de cooperação internacional, bem como, através do reforço de meios humanos e materiais;
- Os dois órgãos deverão planificar a realização de um Seminário sobre a criminalidade organizada e, outro para discutir-se a elaboração de uma política de investigação criminal;
- O SERNIC deverá responsabilizar disciplinarmente e criminalmente aos seus agentes por cometimento de infracções criminais, como também, deverá ser mais rigoroso no combate a corrupção por forma a reforçar a credibilidade do sector. ■





III E ÚLTIMA FASE DE FORMAÇÃO DE MAGISTRADOS EM MATÉRIA DE INVESTIGAÇÃO DE CRIMES CONTRA A FAUNA BRAVIA



A Procuradoria-Geral da República, em parceria com os seus parceiros de cooperação realizou em Dezembro último, na Vila de Bilene, Província de Gaza, a III e última fase da acção de formação em matéria de investigação de crimes contra a fauna bravia

A formação teve a duração de 5 dias e foi dirigida a magistrados do Ministério Público, agentes do Serviço Nacional de Investigação Criminal (SERNIC) e

fiscais da Administração Nacional de Conservação (ANAC), provenientes da região Sul (Inhambane, Gaza, Maputo e Cidade de Maputo.).

Os formandos foram capacitados por especialistas em investigação de crimes contra a fauna bravia, esperan-

do-se que no fim, estes sejam dotados de instrumentos e técnicas para exercer a instrução de processos-crime contra fauna bravia, com rigor, usando o Manual de Investigação e Procedimento Penal de Crimes contra a Fauna Bravia.



Dr. David Ucama-ANAC,
dirigido-se aos formandos

O acto de abertura esteve a cargo do Procurador-Geral Adjunto, Januário dos Santos Necas o Procurador-Geral Adjunto, o qual enfatizou que a partir desta formação esteja facilitado o mecanismo de uso do Manual Jurídico, melhorada a prevenção, sensibilização e repressão ao tráfico da fauna bravia, fortalecidos os mecanismos de coordenação e interacção Ministério Público, SERNIC e ANAC, na investigação e instrução preparatória dos crimes contra a fauna bravia.

"Para o Ministério Público, o combate aos crimes contra a fauna bravia, faz parte do leque de actividades prioritárias, daí que espera-se de todos os formandos que tirem o maior proveito da formação que hoje se inicia e garantam a defesa e protecção da biodiversidade nas províncias, onde se encontram a trabalhar. A especialização dos

magistrados bem como dos investigadores criminais em áreas específicas de intervenção é crucial para fazer face a criminalidade organizada transnacional." Disse o PGA, Januário dos Santos Necas

Por sua vez, o Gestor de Programa de Fauna Bravia do Fundo Mundial para Natureza (WWF), Marcelino Folloma, realçou que estando no final da implementação destas formações, que iniciaram nas zonas Centro e Norte do país, o objectivo seria de formar um total de 75 formandos, dentre eles, magistrados públicos, agentes da SERNIC e fiscais da ANAC, provenientes das áreas de maior concentração da população de fauna bravia e altos índices de actividade de caça furtiva, tráfico e comércio ilegal de espécies de fauna bravia protegidas.

Corresponde ainda, expectativa

do WWF, que com a implementação deste programa de formação, sejam alcançados resultados concretos do acordo rubricado entre a PGR e a WWF, o qual visa contribuir e dinamizar a intervenção e atuação do judiciário em Moçambique para erradicar os crimes contra a fauna bravia, incluindo tráfico e comércio ilegal de espécies protegidas, corrupção e outros crimes conexos.

Outrossim, "a efectiva aplicação da Lei e um sistema judiciário capacitado, são premissas necessárias para desencorajar comportamentos ilegais ligados ao tráfico da fauna bravia. Para isso, são necessárias instituições da justiça e governamentais fortes, com funcionários especializados na prevenção, detenção, apreensão, gestão de cenas de crimes e habilidades a altura de levar a cabo uma investigação





eficaz no tratamento de casos relacionados ao tráfico da fauna bravia com vista a penalizações mais apropriadas aos infractores." Disse Marcelino Foloma.

Importa referir ainda que, esta foi a última fase deste programa de formação organizado pela PGR, em parceria com a USAID, WWF, WCS e a Alemanha-GIZ, tendo em vista melhorar a eficiência na aplicação da nova lei de conservação da biodiversidade e na tramitação processual de casos de crimes contra a fauna bravia. A primeira fase decorreu de 17 a 22 de Setembro no Parque Nacional de Gorongosa, em Sofala e foi direccionada aos agentes da zona Centro (Tete, Sofala, Manica e Zambézia). ■



Dr. Carlos Lopes Pereira – ANAC, dirigindo-se aos formandos

WORKSHOP SOBRE GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS FLORESTAIS



Realizou-se de 12 a 14 de Dezembro de 2018, na província de Tete, um workshop de troca de experiências, Sob o lema: "Magistrados na promoção da gestão sustentável dos recursos naturais em Moçambique – o primeiro ano da declaração de Maputo, avanços, oportunidades e desafios".





◀ **O** evento foi promovido pela Procuradoria-Geral da República (PGR) em parceria com o Fundo Mundial para Natureza (WWF) e, tinha por objectivo promover um ambiente de partilha de informação e lições aprendidas no tratamento de casos de exploração ilegal dos recursos naturais, bem assim, avaliar o impacto da Declaração de Maputo, na melhoria da governação dos recursos florestais.

Importa referir que, este *workshop* decorreu na sequência da realização da última Conferência sobre Florestas de Moçambique sob lema "PGR – Efectiva Fiscalização da Legalidade para Exploração Florestal Sustentável", da qual foi organizada pela PGR em parceria com o WWF, em 2017,

onde aprovou-se por unanimidade a Declaração de Maputo sobre Florestas.

Neste contexto, torna-se oportuno analisar profundamente os diferentes casos de sucessos tramitados, passados 12 meses da implementação da referida Declaração e dos vários avanços alcançados pelos órgãos de administração da Justiça na luta contra a exploração ilegal dos recursos naturais, com destaque para os julgamentos e responsabilização dos infractores nos vários casos de caça furtiva, exploração de madeira, pesca ilegal, extração ilegal de minérios, entre outros.

No seu Discurso de Abertura, o Procurador Provincial da República – Chefe-Tete, Jorge Gimo, referiu que o encontro seria útil pois serviria para melhorar os mecanismos de combate aos crimes ambientais, na base da experiência de cada um dos participan-

tes.

Por seu turno, António Serra, em representação do WWF, mostrou-se satisfeito pelo envolvimento dos magistrados do Ministério Público na implementação da Lei de Protecção, Conservação e Uso Sustentável da Diversidade Biológica (Lei 5/2017 de 11 de Maio), no contexto da conservação dos recursos florestais, e pelos resultados até aqui alcançados.

António Serra referiu ainda que, um dos desafios identificados para a classe dos magistrados esta relacionado com a qualidade e robustez das provas durante a preparação dos processos.

Outrossim, a sessão dos trabalhos destes 3 dias, foi subdividida palestras em plenária, trabalho de grupo e debate dos temas e, em trabalho de campo, no Distrito de Changara. ■





PGR CAPACITA JORNALISTAS EM MATÉRIA DE PUBLICAÇÃO DE NOTÍCIAS SOBRE TRÁFICO DE PESSOAS

Realizou-se no em Dezembro último, nas instalações da PGR, uma acção de formação em matéria de tráfico de pessoas dirigida a jornalistas, afectos aos órgãos de Comunicação Social da Cidade de Maputo.





acção de formação tinha por objectivo (i) divulgar a legislação em vigor em Moçambique sobre o tráfico de pessoas e a imigração ilegal, bem como, as políticas existentes a nível regional e internacional; (ii) promover a troca de experiências entre jornalistas, magistrados e outros profissionais que trabalham em prol do combate ao tráfico de pessoas; (iii) dar a conhecer os indicadores gerais e específicos do tráfico de pessoas por forma a melhorar a cobertura jornalística das matérias relativas ao tráfico de pessoas.

O evento enquadra-se no cumprimento do plano de actividades do Grupo de Referência Nacional para

Protecção da Criança e Combate ao Tráfico de Pessoas, sendo que, o mesmo foi organizado pela Procuradoria-Geral da República, na qualidade de coordenador do grupo, em parceria com a Organização Mundial para as Migrações(OIM), Save the Children e a Mídia Lab.

A Procuradora-Geral Adjunta, Amabélia Chuquela, no seu discurso de abertura, afirmou que "o tráfico de pessoas é um fenómeno complexo, multifacetado e dinâmico com variadas modalidades, causas e consequências. Entre suas finalidades estão a exploração sexual, exploração laboral, trabalho escravo, remoção de órgãos, mendicidade forçada, uniões forçadas que afectam mulheres, crianças, jovens, homens ainda que de

forma desigual".

Segundo Amabélia Chuquela, a imprensa desempenha um papel importante na divulgação de informação, contribuindo para ampliar o conhecimento da sociedade sobre o assunto, sensibilizando cada vez mais pessoas para a sua importância.

A PGA frisou ainda que, a partir desta formação espera-se que seja aumentado e melhorado o conhecimento dos jornalistas sobre a matéria de tráfico de pessoas e migração ilegal; conhecido o papel do profissional de comunicação social nos casos de tráfico de pessoas; partilhadas as experiências entre os profissionais de comunicação social sobre como reportar casos de tráfico de pessoas e de migração ilegal.





Por sua vez, a Directora do Gabinete, Emília Moiane, informou que o sector da comunicação social, público e privado, tem sido um parceiro estratégico do Governo na difusão de informação que reforça a consolidação da unidade nacional, democracia, cultura de paz e desenvolvimento do nosso país.

Referiu ainda que, o acesso a informação de qualidade facilitará a população o conhecimento sobre estes fenómenos e as formas de prevenção

e ético na publicação de matérias relacionadas a migração e movimentos populacionais, mas que para tal, urge saber filtrar ou seguir regras na escrita para evitar estigma ou apresentação de tons pejorativos.

Durante a formação foram utilizadas as técnicas modernas de exposição através de power point e exibição de vídeos e, os facilitadores abordaram os temas abaixo mencionados:

- Quadro legal de Tráfico de Pessoas em Moçambique;

que vão proteger as camadas sociais mais vulneráveis.

O Presidente do Conselho Superior de Comunicação Social (CSCS), Tomás Vieira Mário, na sua intervenção, realçou que impõe-se aos jornalistas o desafio técnico

- Identificação, Assistência e Protecção às Vítimas de Tráfico;
- Migração Insegura de Crianças, Prevenção e Combate do TP;
- Migração Mista em termos de Vulnerabilidade dos Migrantes;
- Assistência ao Retorno Voluntário Assistido e Reintegrado;
- Como Reportar Casos de TP e Migração Ilegal; e
- Tráfico de Pessoas para exploração sexual(o caso Emmanuel Mqueshimana) e exercícios práticos.

Após a discussão dos temas acima referenciados, verificou-se que a acção de formação ajudou os participantes a consciencializarem-se das suas funções e do papel que representam no contexto da prevenção, repressão do tráfico de pessoas e apoio e assistência as vítimas de tráfico.

Outrossim, os formandos receberam certificados de participação e demonstraram a sua satisfação pelo facto de terem beneficiado da formação, onde puderam ganhar mais ferramentas para o trabalho e melhorar a imagem do nosso País. ■



09 DE DEZEMBRO

DIA INTERNACIONAL DE LUTA CONTRA A CORRUPÇÃO

Para o presente ano, as cerimónias centrais da passagem do Dia Internacional de Combate à Corrupção tiveram lugar na Cidade de Nampula, sob o lema: **“Unidos Contra a Corrupção, para o Desenvolvimento, Paz e Segurança”**

O evento foi dirigido por Sua Excelência a Ministra da Administração Estatal e Função Pública, Carmelita Namashulua e contou com a participação da Procuradora-Geral da República, Beatriz Buchili, Directora do GCCC, Ana Maria Gemo, membros do Governo, quadros do Ministério Público ao nível Provincial, do Município, bem como representantes dos parceiros de cooperação internacional, funcionários públicos e populares.

A presente edição, contou, igualmente, com uma significativa participação de membros dos núcleos anti-corrupção nas escolas e funcionários do Sector da Educação, uma vez o papel dos mesmos na promoção de mensagens anti-corrupção nas esco-

las e nas comunidades locais estar em franca ascensão.

O evento iniciou com a realização de uma marcha, nas artérias da Cidade de Nampula e, seguida da realização de actividades culturais e discursos alusivos a celebração da efeméride.

Durante a Semana Internacional de Luta contra a Corrupção foram realizadas várias actividades, designadamente: instituições públicas abertas para audiências aos cidadãos em matéria de corrupção; palestras de prevenção e combate à corrupção; exposição de materiais de prevenção e combate à corrupção; afixação de disticos sobre prevenção e combate à corrupção em locais públicos; exibição de spots publicitários de sensibilização; participação em programas de rádio e televisão, com vista a divulgação da

data e debate sobre matérias de prevenção e combate a corrupção; realização de palestras de sensibilização em vários seguimentos da sociedade; actividades desportivas; concursos de redacção, teatro, banda desenhada e poesia; e outras actividades de iniciativa local. Importa referir que a data de 09 de Dezembro é assinalada em todo o mundo como sendo o Dia Internacional de Luta contra a Corrupção, em consequência da assinatura da Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção, por 110 países, na Cidade de Mérida – México, sendo que Moçambique aderiu à Convenção a 25 de Maio de 2004, tendo-a ratificado pela Resolução nº 31/2006, de 26 de Dezembro, ilustrando o cometimento do Estado Moçambicano com a causa do combate a este mal nocivo a sociedade. ■

Humor

Sérgio Zimba

EM TEMPO DE ELEIÇÕES, OS PARTIDOS POLÍTICOS E OUTRAS ORGANIZAÇÕES OU ASSOCIAÇÕES TÊM O DIREITO DE COLAR PANFLETOS EM LOCAIS PÚBLICOS À PROCURA DE ELEITORES.



RASGAR OU DANIFICAR PANFLETOS DE PROPAGANDA ELEITORAL É UM ILÍCITO ELEITORAL PUNÍVEL NOS TERMOS DA LEI



MINISTÉRIO PÚBLICO

MOÇAMBIQUE

- ▶ PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**
Av. Vlademir Lenine, nº 121, Telefone: 821304307
ou 21304303/4; Fax 21304297, email: pgr@pgr.gov.mz
website: www.pgr.gov.mz
Cidade de Maputo
- ▶ GABINETE CENTRAL DE COMBATE À CORRUPÇÃO**
Av. 10 de Novembro, nº 293, Telefone: 823033074
ou 843901174; Fax: 21310693
Cidade de Maputo
- ▶ SUB-PROCURADORIA-GERAL-NAMPULA**
Rua Armando Tivane, nº 2016, 2º andar esquerdo
Cidade de Nampula
- ▶ SUB-PROCURADORIA-GERAL-BEIRA**
Rua nº 1214, 2º andar, próximo à Casa Provincial da
Cultura, Telefax: 23323072 ou 23322176
Cidade da Beira
- ▶ SUB-PROCURADORIA-GERAL-MAPUTO**
Palácio da Justiça, Av. 25 de Setembro, nº 1026,
7º e 8º andares
Telefone: 21322259; Fax: 2132226
Cidade de Maputo
- ▶ PROCURADORIA PROVINCIAL
DA REPÚBLICA-NIASSA**
Rua do Aeroporto
Telefax: 27120549 ou 27120549/26942008
Cidade de Lichinga
- ▶ PROCURADORIA PROVINCIAL
DA REPÚBLICA-CABO DELGADO**
Av. da Marginal nº 637, Telefax: 27221199
Cidade de Pemba
- ▶ PROCURADORIA PROVINCIAL
DA REPÚBLICA-NAMPULA**
Praça da Liberdade, nº 173, Telefone: 26216694
Fax 26 213184 ou 26216699
Cidade de Nampula
- ▶ PROCURADORIA PROVINCIAL
DA REPÚBLICA-ZAMBÉZIA**
Rua Samora Machel nº 1004
Telefone: 24217077, Fax 24212473
Cidade de Quelimane
- ▶ PROCURADORIA PROVINCIAL
DA REPÚBLICA-TETE**
Edifício do Palácio da Justiça
Telefone: 25223142; Fax: 25222566
Cidade de Tete
- ▶ PROCURADORIA PROVINCIAL
DA REPÚBLICA-MANICA**
Av. 25 de Setembro, nº 207
Telefax: 25123639
Fax :25124603
Cidade de Chimoio
- ▶ PROCURADORIA PROVINCIAL
DA REPÚBLICA-SOFALA**
Rua General Vieira da Rocha, nº 637
Telefone: 23323231 ou 23320400
Fax: 23 326071
Cidade da Beira
- ▶ PROCURADORIA PROVINCIAL
DA REPÚBLICA-INHAMBANE**
Av. da Vigilância, Telefone: 29320396
Fax: 29320050 ou 29320396
Cidade de Inhambane
- ▶ PROCURADORIA PROVINCIAL
DA REPÚBLICA-GAZA**
Estrada da Praia de Xai-Xai, Telefone: 28225345
Fax: 28225772/28225546
Celular: 823276426
Cidade de Xai-Xai
- ▶ PROCURADORIA PROVINCIAL
DA REPÚBLICA-MAPUTO**
Praça do Município, nº 07
Telefone: 823245110 ou 21724729; Fax: 21724729
Cidade da Matola
- ▶ PROCURADORIA
DA REPÚBLICA-CIDADE DE MAPUTO**
Av. Ahmed Sekou Touré, 1371
Telefone 21303059
Fax 21325427
Cidade de Maputo
- ▶ GABINETE PROVINCIAL DE COMBATE
À CORRUPÇÃO DE NAMPULA**
Av. 25 de Setembro
Celular: 82 6212925; Fax 26212925
Cidade de Nampula
- ▶ GABINETE PROVINCIAL DE COMBATE
À CORRUPÇÃO DE SOFALA**
Rua nº 1214, R/C, próximo à Casa Provincial da Cultura
Telefax: 23324183
Cidade da Beira
- ▶ GABINETE PROVINCIAL DE COMBATE
À CORRUPÇÃO DE INHAMBANE**
Av. de Moçambique, Bairro Balane 2, R/C
Telefax: 29321009
Cidade de Inhambane
- ▶ CONSELHO SUPERIOR
DA MAGISTRATURA
DO MINISTÉRIO PÚBLICO**
Av. Julius Nyerere, nº 15
Telefone: 21494870/5
Fax 21497869
Cidade de Maputo